



OPINIÃO

Convergência na zona euro?



MARIA JOÃO RODRIGUES

Vice-presidente do Grupo S&D no Parlamento Europeu

Como pode a zona euro tornar-se num espaço de convergência e não de divergências económicas, sociais e políticas como é hoje? Esta é a questão de partida do relatório "Completar a União Económica e Monetária Europeia", apresentado na última cimeira europeia pelos presidentes da Comissão, Conselho e Parlamento Europeus, do BCE e do Eurogrupo.

Esta questão corresponde, claro está, a um interesse vital para Portugal e convida-nos a entrar a fundo neste debate, como todos os outros Estados membros o farão, num processo que vai ser longo e complexo, mas que terá implicações imediatas para as nossas perspetivas de vida.

Este relatório liderado por Juncker tem o mérito de reconhecer o problema da convergência como central para a sobrevivência a prazo da União Económica e Monetária – problema que foi ocultado por muitos, mesmo quando a crise estava ao rubro e as divergências cumulativas eram evidentes. Condições muito diferentes entre Estados membros para obter financiamento transformaram-se em condições muito díspares para investir, crescer e criar emprego. Nunca a Europa esteve assim dividida entre regiões com 5% de desemprego e outras com 50%!

Este relatório tem também o mérito de defender que para relançar a convergência é preciso completar a União Económica e Monetária, já que o Tratado de Maastricht que a criou em 1992 a deixou muito inacabada, contrariamente às demais zonas monetárias que funcionam no mundo.

Porém, a experiência internacional e histórica dessas outras zonas põe em evidência que as soluções agora preconizadas são incompletas, desequilibradas e pouco viáveis na sequência proposta. E são estas insuficiências que será importante corrigir no vasto processo político que vai seguir-se.

A lógica básica do relatório parece fazer sentido. Para relançar a convergência é preciso que os Estados membros:

– façam um esforço próprio com reformas e investimentos;

– devem coordenar as suas políticas económicas e orçamentais com base na definição dum objetivo orçamental comum da zona euro como um todo;

– construam novos instrumentos que permitam partilhar ou mutualizar riscos no domínio financeiro e do investimento público;

– reforcem a legitimidade democrática das decisões que são tomadas ao nível europeu.

A arquitetura proposta para completar a UEM só é mais ousada no seu pilar financeiro, porque prevê a introdução dum garantia comum de depósitos, sem a qual não pode haver verdadeira união bancária. Mas essa arquitetura geral permanece muito incompleta porque: não aponta para a necessidade de desenvolver uma capacidade orçamental da zona euro que preencha várias funções fundamentais que os orçamentos

nacionais já não podem preencher cabalmente, porque se encontram limitados por uma disciplina orçamental comum; promover ativamente a convergência estrutural e proteger contra choques económicos, com base num dispositivo de seguro económico ou de seguro complementar de desemprego;

– ignora a importância central dum política mais coordenada de impostos, sem a qual não é possível acabar com a concorrência fiscal organizada e desleal que tem vindo a minar a base de sustentação financeira dos orçamentos públicos na zona euro;

Não basta propor uma arquitetura nova, é preciso que o pacto subjacente seja percebido como justo e ao longo das várias fases do processo para a construir!

– ignora a necessidade de a zona euro desenvolver uma estratégia e instrumentos comuns para reduzir o nível de endividamento, para além dos esforços de reequilíbrio orçamental que todos os Estados membros têm de fazer;

– subestima os requisitos para aprofundar a eficácia e legitimidade das decisões a tomar pela zona euro. Eles não têm apenas que ver com a criação dum presidente permanente do Eurogrupo Finanças, já que o euro é um projecto político e não apenas financeiro. Faz portanto sentido pensar também num Eurogrupo Social e acima tudo valorizar o papel da já existente Cimeira da Zona Euro, composta pelos seus primeiros-ministros, e dando maior poder de iniciativa à Comissão Europeia. Para ter legitimidade democrática, toda esta evolução tem de ter consequências para a organização interna do Parlamento Europeu e para o papel dos parlamentos nacionais.

Mas não chega falar da arquitetura do navio que queremos construir. Em que direção queremos que ele se mova neste mundo

global? Queremos promover a Europa como um espaço de futuro, baseado na competitividade e normas sociais, ambientais, tecnológicas avançadas ou queremos apenas gerir o declínio e a fragmentação ou, quando muito, uma Europa completamente polarizada e desigual? É este propósito que o relatório parece demasiado tomado por uma visão de reforço da competitividade global baseada numa lógica de compressão de custos, económicos e sociais e financeiros, em vez de ser numa lógica de criação de novas capacidades.

Para corrigir este desequilíbrio, não basta: apontar para objetivos económicos, mas também sociais, falar em reformas do mercado de trabalho ou do sistema de pensões, mas também em reformas do sistema de educação, de inovação ou energético, coordenar as políticas económicas para garantir mercados para alguns, mas também para promover o crescimento coletivo, corrigindo os grandes desequilíbrios agora existentes entre economias deficitárias e superavitárias.

É também fundamental desenvolver uma união bancária e uma capacidade orçamental da zona euro que ajude os países deficitários a desenvolver fatores avançados de competitividade, sem os quais eles só poderão concorrer com base numa degradação das normas sociais e ambientais – que é o que já está a acontecer.

É por isso que a sequência dos passos preconizada neste Relatório tem de ser corrigida, sob pena de se tornar inviável. Pedir aos Estados membros que façam o seu esforço de reformas e investimentos, sem lhes dar meios complementares de os financiar e sem promover a procura económica europeia, é atirá-los para um jogo desigual que só pode gerar descontentamento político.

Não basta propor uma arquitetura nova, é preciso que o pacto subjacente seja percebido como justo e ao longo das várias fases do processo para a construir!

Nota final: vamos ter de mudar de governo para entrar nesta discussão a sério. Foi penoso ver o atual, no Conselho Europeu de ontem, a protestar por estar a ser feita à Grécia uma proposta com um pouco de mais sentido social e também a protestar por a discussão não estar só limitada aos ministros das Finanças e ser também assumida pelos primeiros-ministros...



REUTERS/HERMAN